

Sim a mamilos; não a leis inúteis

Na praia do Pinho, nádegas apenas exercem seu inofensivo direito de ir e vir

Giovana Madalosso

Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras.

Havia muito tempo meus mamilos não ficavam tão indignados. No momento tramita na Câmara de Camboriú (SC) um projeto de lei propondo a proibição do nudismo na praia do Pinho. Ora, senhores, conheço essa praia há décadas e estive lá no último final de semana, por isso me sinto à vontade para falar a respeito.

A praia do Pinho é uma pequena extensão de areia próxima a wanna-be-Dubai Camboriú. Diferentemente do famoso balneário, que precisou duplicar sua faixa de areia pa-

ra atender a uma especulação imobiliária cuja única regra é quem dá mais, ofertando apartamentos com o metro quadrado mais caro do país, numa praia que se tornou imprópria para banho, o Pinho é um trecho de natureza preservada onde, desde os anos 80, nádegas exercem seu inofensivo direito de ir e vir.

Para justificar seu projeto de lei, o vereador-que-ama-sunga argumenta que eventualmente a praia abriga situações de promiscuidade. Como já disse, meus mami-

los estiveram lá e não viram nada demais. Para começar, ninguém é obrigado a tirar a roupa —eu só tirei a parte de cima. Metade dos banhistas estava vestida, outra metade, como veio ao mundo, e aquelas bundinhas faziam coisas bundanas, como jogar frescobol, tirar fotos ao pôr do Sol ou relaxar na leitura.

O vereador também argumenta que ali já houve casos de pessoas se encontrando atrás de moitas ou usando drogas. Eu não vi isso, mas já vi em outras praias, como na baladei-

ra Jurerê Internacional, na ecstasada Trancoso ou mesmo na verdadeiramente internacional Mykonos, onde, no ano em que estive lá, a última moda era uma calça jeans aberta na parte de trás.

Talvez o problema da Praia do Pinho esteja não na moita mas na sua pouca capacidade de encher o bolso dos donos de moitas, porque, falemos a verdade, um saco mole no calor do verão não faz mal a ninguém. A motivação desse projeto só pode ser criar mais uma lei para moralis-

ta ver ou para atender a interesses escusos, como tantas outras iniciativas que pululam pelo país.

Em 2020, por exemplo, a Assembleia do Paraná aprovou um projeto que proibia o uso do pronome neutro na comunicação feita pelo Estado. Conversei com um deputado e descobri que nunca houve ninguém tentando emitir um documento para Ilustríssimes, Excelentíssimas ou Nadíssimes. Ou seja, era mais um projeto sem utilidade nenhuma, elaborado só para saciar conservadores.

E quais os problemas desses projetos que, na maioria das vezes, vão do nada a lugar nenhum? O tempo e a energia gastos para ir do nada a lugar nenhum.

Neste verão, Santa Catarina vem sofrendo com chuvas fortíssimas. No dia 19 de janeiro, um temporal causou um desli-

zamento grave, que fechou por um dia inteiro a BR 376 e destruiu moradias —até agora se veem escombros na região.

Em dezembro, outro temporal destruiu a cidade de Morretes (Paraná). Semana passada, uma cachoeira brutal irrompeu no centro de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro).

Esses já são alguns resultados da crise climática, que pede projetos de lei que protejam com urgência o meio ambiente; assim como milhares de cidadãos pedem projetos de lei que os protejam da fome e da falta de educação, de saúde, de moradia e de segurança pública, só para citar alguns itens de uma longa lista.

Perder tempo com os meus mamilos ou com o pênis do próximo pode até ser agradável ou mesmo excitante, mas certamente não é para isso que pagamos os parlamentares de um país tão cheio de carências.

DOM. ANTONIO PRATA | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Juliano Spyer, Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Agentes vão à Justiça após casos de LGBTfobia

Vítimas de preconceito, profissionais relatam doenças psiquiátricas, pedem afastamento e até abandonam a carreira

Raquel Lopes

BRÁSILIA Quando o agente Felipe dos Santos Joseph entrou para a Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, em 2018, começou a correr nos corredores da corporação a informação que ele era gay.

Em uma conversa informal entre quatro oficiais da corporação sobre qual seria o corte de cabelo ideal para policiais, ouviu de um coronel: “O dele deve ser um topete que usa para pagar boquete”.

Joseph pediu afastamento por ter passado por crises de ansiedade em meio aos episódios. Nesse período, um superior enviou uma mensagem a ele, que disse não estar trabalhando. Recebeu do major a seguinte resposta: “Tô sabendo... Aids”.

Meses depois, Joseph tomou coragem para denunciar a situação à corregedoria da PM e anexou à petição as mensagens trocadas com o superior.

Ele procurou o Ministério Público após discutir com um superior sobre uma fala preconceituosa. Chamado à sala pelo chefe com testemunhas, recusou-se a ir e acabou preso por desobediência.

O coronel foi denunciado pela Promotoria sul-mato-grossense por homofobia e abuso de autoridade. A Justiça Militar o absolveu. Posteriormente, o órgão recorreu ao Tribunal de Justiça.

Por mais que ainda não exista uma lei exclusiva, a homotransfobia é considerada crime desde 2019. Em casos de homofobia e transfobia, a lei do racismo é aplicada.

A LGBTfobia institucional ocorre de forma silenciosa nas



Fabricio diz ter sido alvo de LGBTfobia Pedro Ladeira/Folhapress

corporações. Doenças psiquiátricas, afastamentos e abandono de carreira são algumas das marcas deixadas.

Presidente da Renosp (Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+), o delegado Anderson Cavichio diz que instituição tem conhecimento de ao menos dez processos similares na Justiça abertos por profissionais.

A Renosp se tornou uma associação em 2018 e, desde então, acionou o Ministério Público, Defensoria Pública e corregedorias para denunciar casos de LGBTfobia.

“Ainda existe despreparo com o tema nas corporações. Não se adota nenhuma providência”, diz Cavichio.

Alvo de comentários homofóbicos, o policial Henrique Harrison protocolou 16 ações cíveis com pedidos de indenização por danos morais na Justiça. Ele diz que sofreu ataques homofóbicos na PM do Distri-

to Federal, teve ansiedade e depressão. Ele deixou a corporação em março de 2022.

O policial rodoviário federal Fabricio Rosa diz que passou por várias situações de LGBTfobia desde 2005, quando ingressou na corporação. Ele foi denunciado na corregedoria por ser um policial gay. O processo foi arquivado.

“São inúmeros os casos de LGBTfobia que passei, já vi colegas pedindo para mudar de quarto e viatura durante a missão. Nos últimos anos, a situação se agravou por causa dos ataques do [então] presidente Bolsonaro”, afirma ele.

Para o presidente da Renosp, as ações governamentais nos últimos seis anos se mostraram tímidas e insuficientes para a prevenção e o enfrentamento das violências vivenciadas por pessoas LGBTQIA+ nas corporações.

Entre as ações que ele cita serem necessárias para pre-

servar a vida da população LGBTQIA+ dentro e fora das corporações está o investimento em cursos obrigatórios de capacitação dos profissionais da segurança pública.

Hoje, existe um curso de capacitação feito pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas é opcional e na modalidade educação a distância.

Ele diz ainda que delegacias especializadas que tenham em seu quadro pessoas LGBTQIA+ seria fundamental para um tratamento específico.

“Quando uma pessoa procura uma delegacia ela vai relatar uma violação de direitos. A polícia é a porta de entrada do sistema de Justiça e, dependendo do que acontece nessa entrada, isso afeta o percurso.”

A Polícia Federal diz, em nota, que a nova gestão assume com a diretriz de respeitar a diversidade dentro da PF, dando maior espaço em cargos estratégicos a mulheres e para a presença de servidores LGBTQIA+ em cargos de direção.

Em nota, a PRF diz ter a cultura fundada no acolhimento à diversidade, em que se inclui o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero. Denúncias devem ser levadas às instâncias correccionais e serão investigadas, diz a corporação.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública não irá se manifestar sobre os episódios. “Um estudo completo está sendo feito para ter projetos e propostas concretas para a área.”

A Folha procurou todas as secretarias estaduais de segurança do país, que dizem não tolerar LGBTfobia nas corporações.

As de Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Rio Grande

do Sul, Ceará, Minas Gerais e Tocantins dizem que ofertam disciplinas na formação ou durante a carreira do policial que englobam a LGBTfobia.

O governo goiano diz ter inaugurado, em agosto de 2021, a primeira delegacia especializada para o atendimento direcionado a essas vítimas.

No Paraná, a secretaria afir-

ma que mantém um grupo de trabalho específico, com a participação de representantes LGBTQIA+, sociedade civil, OAB, Tribunal de Justiça, Ministério Público e de todas as forças policiais estaduais. A intenção é elaborar políticas públicas e melhorias para que todos tenham um atendimento humanizado.

Sindicato dos Representantes, Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Piracicaba e Região

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, O SINPROPIRA com registro no CNPJ: 15.103.403/0001-33, com sede na Rua Rua Alfredo Guedes 1949, Sala 310, Bairro Alto, 13419-080, Piracicaba — SP, por seu representante legal convoca os trabalhadores associados ou não, da categoria dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, abrangida pelos municípios de: Piracicaba, Nova Odessa, Rio das Pedras e Sumaré, para se reunirem em assembleia geral ordinária que se realizará no dia 23 de Fevereiro de 2023, às 8h na sede supracitada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato representativo da respectiva categoria econômica; b) Outorga de poderes à Comissão de Negociações Coletivas da FIP, por seu representante legal, para negociar a convenção coletiva de trabalho, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao M TE, e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, em todos esses itens. O quórum para funcionamento da Assembleia Geral em primeira convocação, será o de metade mais um dos seus componentes, e em segunda convocação 1 (uma) hora após, com qualquer número de participantes.

Piracicaba, 06 de Fevereiro de 2023. **Denise Carloni Cambraia— Presidente**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2023 - N° DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 985368 - OBJETO:** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para a execução de Sala de Monitoramento do Corpo da Guarda da Unidade Administrativa Presidente Deputado Aldo Schneider, no pavimento Pilotis, situada na Av. Mauro Ramos, 300, Centro, Florianópolis/SC - 88020-300, conforme detalhes em projetos e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I). **DATA: 23/02/2023 - HORA: 09h**

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil site (www.licitacoes-e.com.br) nº 985368 até o **dia 23 de fevereiro de 2023 às 08h45**. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alese.sc.gov.br/licitacao) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, no 8º, Sala 804 - Centro - Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, 03/02/2023.

Rafael Batista dos Santos - Coordenador de Licitações e Contratos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço nº 02/2023.

A Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia - CPLOSE da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA, torna público, para conhecimento da sociedade brasileira e demais interessadas, abertura do certame licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO nº 02/2023, do tipo **MENOR PREÇO** sob o regime de execução indireta de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, cujo objeto é a Contratação de empresa no ramo de construção civil para executar visando a recuperação da cobertura e estrutura metálica do Mercado Público do Jacintinho em Maceió/AL, da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA, sendo o início do procedimento agendado para as 09h do dia 03/03/2023 na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Maceió - SEMINFRA, situada na Rua do Imperador, 307 - Centro, na cidade de Maceió - AL. As empresas interessadas em adquirir o Edital e seus Anexos deverão acessar o endereço eletrônico da Prefeitura de Maceió: www.maceio.al.gov.br no link "Editais e Licitações".

Maceió, 03 de fevereiro de 2023.

JUNIELY BATISTA DA SILVA
Presidente CPLOSE/SEMINFRA
Matrícula nº 954309-0

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

LETHICIA DRUMOND - TRANS
P/Maduros 11 95483-3875

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES

HÉRCULES - 11-9575-4052
22 dote p/Homens.

HÉRCULES - 11-9575-4052
ATIVD p/Homens

CLÍNICAS E MASSAGENS

ATENÇÃO
Técnica especial de massagem e relaxamento por todo o corpo. Confira!!!

M.S.Cecilia
☎ (11)3223-1227
📞 (11)98565-1075

ANY. MASSAGEM NO IPIRANGA.
Tel. 11-5068.2381 / 99226-8205

ADVOCACIA

PARA ANUNCIANTES CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

ADVOCACIA Especializada em INSS com 30 anos de experiência

Auxílio - Doença
Perícias Negadas
Acidente do trabalho
Aposentadorias
Benefício para idoso e deficiente
Pensão por morte

11- 95001-9143

2362-0162 - 2361-5366
2366-8842 - 2362-3214

#siga**folha**

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

F